

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energética Serra da Prata S.A.
Salvador - BA

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Energética Serra da Prata S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energética Serra da Prata S.A., o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3, a controladora Renova Energia e determinadas controladas, protocolaram em 16 de outubro de 2019, Pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, os planos de recuperação judicial tiveram os seus planos aprovados em Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, bem como no seu melhor entendimento, a Administração reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial, na data da homologação do plano. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de abril de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Antomar de Oliveira Rios

Antomar de Oliveira Rios
Contador CRC 1 BA 017715/O-5 - S - SP

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	37.561	6.815	Fornecedores		1.078	332
Aplicações financeiras	3	1.250	15.787	Financiamentos	9	11.942	11.929
Contas a receber de clientes	4	6.591	4.395	Tributos a recolher		361	213
Outros créditos		211	165	Dividendos a pagar	13.2	36.568	63.310
Total do ativo circulante		<u>45.613</u>	<u>27.162</u>	Arrendamento a pagar	7.1	385	265
				Contas a pagar Eletrobras	10	12.890	3.640
NÃO CIRCULANTE				Provisão para custos socioambientais	12	1.014	1.014
Cauções e depósitos vinculados	5	12.322	11.813	Outras contas a pagar	11	311	300
Tributos diferidos	6	2.052	1.069	Partes relacionadas	8	554	258
Depósitos Judiciais		270	-	Total do passivo circulante		<u>65.103</u>	<u>81.261</u>
Partes relacionadas	8	37.908	78.636	NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	7	143.231	147.083	Financiamentos	9	41.749	53.677
Total do ativo não circulante		<u>195.783</u>	<u>238.601</u>	Arrendamento a pagar	7.1	10.536	8.616
				Contas a pagar Eletrobras	10	13.776	12.432
				Outras contas a pagar	11	466	751
				Total do passivo não circulante		<u>66.527</u>	<u>75.476</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
				Capital social		87.720	87.720
				Reservas de lucros		22.046	21.306
				Total do patrimônio líquido		<u>109.766</u>	<u>109.026</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>241.396</u>	<u>265.763</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>241.396</u>	<u>265.763</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro básico e diluído por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
RECEITA LÍQUIDA	14	43.813	47.128
CUSTOS DOS SERVIÇOS			
Custo de operação		(7.974)	(6.310)
Depreciações e amortizações	7	(6.349)	(6.150)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(813)	(889)
Total	15	<u>(15.136)</u>	<u>(13.349)</u>
LUCRO BRUTO		<u>28.677</u>	<u>33.779</u>
DESPESAS			
Gerais e administrativas		(7.499)	(3.782)
Outras despesas		38	(4)
Total	15	<u>(7.461)</u>	<u>(3.786)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>21.216</u>	<u>29.993</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		1.646	(575)
Despesas financeiras		(6.254)	(6.868)
Total	16	<u>(4.608)</u>	<u>(7.443)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>16.608</u>	<u>22.550</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(2.258)	(1.387)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	6.1	450	62
Total	17	<u>(1.808)</u>	<u>(1.325)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>14.800</u>	<u>21.225</u>
Lucro básico e diluído por ação (expressos em reais - R\$)		0,17	0,24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	14.800	21.225
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>14.800</u>	<u>21.225</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		87.720	6.733	13.512	-	107.965
Lucro líquido do exercício		-	-	-	21.225	21.225
Constituição de reserva legal		-	1.061	-	(1.061)	-
Dividendos propostos		-	-	-	(20.164)	(20.164)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	13	<u>87.720</u>	<u>7.794</u>	<u>13.512</u>	<u>-</u>	<u>109.026</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	14.800	14.800
Constituição de reserva legal		-	740	-	(740)	-
Dividendos propostos	13.2	-	-	-	(14.060)	(14.060)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	13	<u>87.720</u>	<u>8.534</u>	<u>13.512</u>	<u>-</u>	<u>109.766</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		14.800	21.225
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	7, 15	6.349	6.150
Encargos sobre mútuo (líquido)	8, 16	(32)	1.003
Juros sobre financiamentos	9.1, 16	4.600	5.617
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	16	(1.613)	(425)
Atualização e provisão líquida Eletrobras	10.1	17.903	2.433
Tributos diferidos	6.1	(983)	(136)
 (Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(2.196)	(788)
Depósitos judiciais		(270)	-
Outros créditos		(46)	12
 Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		1.627	987
Tributos a recolher		847	93
Contas a pagar Eletrobras	10.1	(7.309)	(9.138)
Dividendos a pagar		(49)	-
Outras contas a pagar		(274)	(1.310)
Partes relacionadas	8	296	(795)
 Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(699)	(344)
Pagamentos de juros sobre financiamentos	9.1	(5.388)	(1.223)
 Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>27.563</u>	<u>23.361</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição imobilizado em serviço	7	(138)	(3)
Aplicações financeiras, cauções e depósitos vinculados		(16.488)	(14.396)
Partes relacionadas	8	7	1.139
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(16.619)</u>	<u>(13.260)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de passivos de arrendamento	2.5	(1.200)	(1.426)
Pagamento de financiamentos	9.1	(11.127)	(1.945)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(12.327)</u>	<u>(3.371)</u>
 AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(1.383)</u>	<u>6.730</u>
 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	6.815	85
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	5.432	6.815
 AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(1.383)</u>	<u>6.730</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Energética Serra da Prata S.A. (“Espra” ou “Companhia”), com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, é uma Sociedade de Propósito Específico que tem como objeto social exclusivo explorar o complexo hidrelétrico Serra da Prata, através da construção e exploração de energia elétrica das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas): (i) Cachoeira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8MW*; (ii) Colino 2, com capacidade instalada de 16,0MW*; e (iii) Colino 1, com capacidade instalada de 11,0MW*; as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas em maio, julho e setembro de 2008, respectivamente; nos Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu, no estado da Bahia.

A Companhia é controlada pela Enerbrás Centrais Elétricas S.A. (“Enerbrás”), uma empresa do Grupo Renova (Renova Energia S.A. – em recuperação judicial).

Desde 2004, a energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado com a Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Por meio desses contratos de compra e venda de energia elétrica, a Espra vende toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada a longo prazo por um prazo de 20 (vinte) anos. O período de autorização da Espra é de 30 anos a partir de 24 de dezembro de 2003, podendo ser prorrogado por igual período.

PCH	Valor total do contrato R\$ mil	Montante autorizado a ser vendido MWh	Preço MWh		Prazo		Índice de correção	Mês de reajuste
			Contratual	Atualizado	Inicial	Final		
			R\$	R\$				
Cachoeira da Lixa	168.009	65.174	121,35	418,37	mai/08	abr/28	IGP-M	junho
Colino 1	149.297	57.903	121,35	418,37	set/08	ago/28	IGP-M	junho
Colino 2	213.370	41.084	121,35	418,37	jul/08	jun/28	IGP-M	junho

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

1.1. Alienação das ações da controladora Enerbras - UPI Enerbras

Em 17 de setembro de 2021, o Conselho de Administração da controladora indireta Renova Energia aprovou a aceitação da proposta vinculante apresentada pelo Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“Vinci Energia”) por meio de sua investida V2I Energia S.A. (“V2I Energia”), tendo como gestora a Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda. para a aquisição da totalidade das ações ordinárias e preferências, escriturais e sem valor nominal de emissão da controladora Enerbras, pelo valor de R\$ 265.800, na condição de primeiro proponente (*Stalking Horse*). O valor ofertado é maior que o previsto no Plano de Recuperação Judicial.

Em 24 de novembro de 2021, o processo competitivo da UPI Enerbras foi homologado pelo Juiz 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo, onde tramita o Processo de Recuperação Judicial do Grupo Renova, declarando como vencedora a Vinci Energia por meio de sua controlada da V2I Energia, pelo valor de R\$ 265.800, sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais de mercado para a sua conclusão.

1.2. Inundação da Casa de Força – PCH Colino I

As fortes chuvas verificadas na região dos Municípios de Vereda e Jacuruçu, Estado da Bahia, nos dias 09 e 10 de dezembro de 2021, elevaram sobremaneira os níveis do Rio Colino, resultando na inundação da Casa de Força da PCH Colino I e, conseqüentemente, na interrupção da produção de energia elétrica.

Os procedimentos de drenagem da Casa de Força e planejamento das atividades necessárias ao restabelecimento das unidades geradoras já foram iniciados e as avaliações conduzidas até o momento na PCH Colino I não indicam qualquer impacto que ameace a segurança do empreendimento ou ao meio ambiente.

1.3. Recuperação judicial do Grupo Renova

Em 16 de outubro de 2019 a controladora indireta Renova Energia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a controladora indireta Renova Energia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a controladora indireta Renova Energia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleia Geral de Credores realizada nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2019, tendo a decisão sido publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2020, data em que se inicia os prazos para cumprimento do Plano.

Com o objetivo de recuperar a saúde financeira do Grupo Renova, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram cumpridas as ações previstas nos planos.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial do Grupo Renova estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de recuperação judicial propriamente dito.

A Companhia não é parte do processo de recuperação judicial do Grupo Renova.

1.4. COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

A pandemia do COVID-19 impactou negativamente os diversos setores da economia, e conseqüentemente, a demanda por energia no Brasil, e continua a representar um obstáculo à retomada mais forte da atividade econômica. A Companhia possui contratos PROINFA (no ambiente regulado), e não sofreram nenhum impacto na sua operação e nem no seu contrato com a Eletrobrás.

Para fins de elaboração das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nas suas atividades. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações financeiras não foram observados efeitos relevantes decorrentes da COVID-19 nas operações da Companhia.

De forma geral, a Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos de prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 22 de abril de 2022.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos (nota explicativa 18)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 3);
- Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa 5); e
- Transações com partes relacionadas (nota explicativa 8).

b) Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia possui e mantém classificado nesta categoria é o contas a receber de clientes (nota explicativa 4).

c) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores;
- Financiamentos (nota explicativa 9); e
- Contas a pagar Eletrobras (nota explicativa 10).

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/2015 emitida pela ANEEL pelo fato da Administração entender que essas taxas de depreciação refletem a melhor estimativa de vida útil dos ativos e, portanto, são utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

2.3.3. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

2.3.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.3.5. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo das contraprestações recebidas ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda de energia elétrica gerada é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento e medição. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

2.3.6. Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela legislação tributária, a Espra optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessas demonstrações financeiras estão listados a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.4.2. Provisão para custos socioambientais

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras provisão para custos socioambientais baseado em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com as exigências regulatórias e ambientais de projetos incorridos. A análise quanto aos valores envolvidos nesta estimativa foi realizada pela equipe interna de especialistas ambientais da Companhia baseado em fontes de informações internas e externas as quais envolvem julgamentos. Os detalhes dessa provisão estão descritos na nota explicativa 12.

2.4.3 Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado.

Conforme mencionado na nota 2.3.2.2, a Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgar que as mesmas refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados na nota 7.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa	3	-
Bancos conta movimento	5.429	5.371
Aplicações financeiras de liquidez imediata	33.379	1.444
Aplicações financeiras	-	15.787
Total	<u>38.811</u>	<u>22.602</u>
Apresentados como:		
<u>Circulante</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	37.561	6.815
Aplicações financeiras	<u>1.250</u>	<u>15.787</u>
Total	<u>38.811</u>	<u>22.602</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxas média de 89,63% (2020 – de 98,92%) do CDI – Certificado de depósito interbancário.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Eletrobras Centrais Elétricas Brasileiras S/A	6.591	4.395

Os saldos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

5. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Os saldos apresentados referem-se à aplicação financeira de instrumento de renda fixa, com taxa de 98% do CDI, vinculada ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores.

6. TRIBUTOS DIFERIDOS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PIS diferido	198	103
COFINS diferida	915	477
IRPJ diferido	610	318
CSLL diferida	329	171
Total	<u>2.052</u>	<u>1.069</u>

Os tributos diferidos foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada. Esses tributos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido.

6.1 Movimentação dos tributos diferidos

	<u>IRPJ/CSLL</u>	<u>PIS/COFINS</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	427	506	933
Movimentação líquida	<u>62</u>	<u>74</u>	<u>136</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	489	580	1.069
Movimentação líquida	<u>450</u>	<u>533</u>	<u>983</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>939</u>	<u>1.113</u>	<u>2.052</u>

7. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação anual	Saldo em 31/12/2019	Adições	Saldo em 31/12/2020	Adições	Saldo em 31/12/2021
Imobilizado em serviço						
Custo						
Geração						
Terrenos		595	-	595	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	95.797	-	95.797	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	46.336	-	46.336	-	46.336
Máquinas e equipamentos	4%	65.012	-	65.012	-	65.012
Móveis e utensílios	10%	142	-	142	-	142
Equipamentos de informática	17%	247	-	247	-	247
Outros	14%	15	-	15	-	15
Administração						
Equipamentos de informática	20%	18	-	18	-	18
		<u>208.162</u>	<u>-</u>	<u>208.162</u>	<u>-</u>	<u>208.162</u>
Estoques						
Almojarifado geral		14	3	17	138	155
Total		<u>208.176</u>	<u>3</u>	<u>208.179</u>	<u>138</u>	<u>208.317</u>
(-) Depreciação						
Geração						
Reservatórios, barragens e adutoras		(25.644)	(2.234)	(27.878)	(2.235)	(30.113)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(14.429)	(1.263)	(15.692)	(1.263)	(16.955)
Máquinas e equipamentos		(23.178)	(2.013)	(25.191)	(2.019)	(27.210)
Móveis e utensílios		(130)	(1)	(131)	(3)	(134)
Equipamentos de informática		(247)	-	(247)	-	(247)
Outros		(14)	(1)	(15)	-	(15)
Administração						
Equipamentos de informática		(18)	-	(18)	-	(18)
Total		<u>(63.660)</u>	<u>(5.512)</u>	<u>(69.172)</u>	<u>(5.520)</u>	<u>(74.692)</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>144.516</u>	<u>(5.509)</u>	<u>139.007</u>	<u>(5.382)</u>	<u>133.625</u>
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento		8.582	702	9.284	2.359	11.643
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo		<u>(570)</u>	<u>(638)</u>	<u>(1.208)</u>	<u>(829)</u>	<u>(2.037)</u>
Total direiro de uso		8.012	64	8.076	1.530	9.606
Total do imobilizado		<u>152.528</u>	<u>(5.445)</u>	<u>147.083</u>	<u>(3.852)</u>	<u>143.231</u>

As imobilizações em serviço estão representadas por ativos de geração de energia elétrica das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2.

A ANEEL, através do ofício 459/2001- SFF/ANEEL, de 26 de junho de 2001, autorizou a dação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito do financiamento com o Banco do Nordeste - BNB.

A controlada procedeu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a revisão do valor recuperável do seu ativo imobilizado utilizando como base as premissas financeiras e comerciais presentes na transação de venda que está sendo negociada com Vinci Energia (nota 1.1). Como resultado a Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

7.1 Direito de uso – Arrendamentos

Em 1º de janeiro de 2021, a Companhia identificou 14 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2). Para esses contratos, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo			Passivo		
Não circulante			Circulante		
Imobilizado			Arrendamentos a pagar	1.869	1.474
Direito de uso do ativo arrendado	11.643	9.284	(-) Juros a apropriar	<u>(1.484)</u>	<u>(1.209)</u>
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	<u>(2.037)</u>	<u>(1.208)</u>	Total do passivo circulante	385	265
	<u>9.606</u>	<u>8.076</u>	Não circulante		
			Arrendamentos a pagar	20.531	17.671
			(-) Juros a apropriar	<u>(9.995)</u>	<u>(9.055)</u>
			Total do passivo não circulante	10.536	8.616
Ativo total	<u>9.606</u>	<u>8.076</u>	Passivo total	<u>10.921</u>	<u>8.881</u>

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado do exercício a depreciação/ amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

Custo	
Amortização direito de uso	829
Resultado financeiro	
Juros sobre obrigação de arrendamento	1.451
Total	<u>2.280</u>

Em 31 de dezembro de 2021, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Ano de vencimento	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
2022	1.484	1.869
2023	1.427	1.869
2024	1.362	1.868
2025	1.288	1.866
2026 a 2030	4.883	9.330
2031 a 2033	<u>1.035</u>	<u>5.598</u>
Total	<u>11.479</u>	<u>22.400</u>

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ativo		Resultado financeiro	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Mútuo ^(a)				
Renova Energia	23.036	63.770	25	(792)
Renova Comercializadora	14.872	14.866	7	(211)
	<u>37.908</u>	<u>78.636</u>	<u>32</u>	<u>(1.003)</u>
	Passivo		Despesa	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Renova Energia				
Rateio de despesa ^(b)	554	258	(7.080)	(3.271)

a) Mútuo – mútuos realizados com a controladora indireta Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Energia”), e com a parte relacionada Renova Comercializadora de Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Comercializadora”) com o objetivo de suprir a necessidade de caixa dessas empresas. Esses contratos estão sujeitos a correção pela TR.

Considerando a aprovação do Plano de Recuperação Judicial mencionado na Nota 1.4, os saldos devidos pelas partes relacionadas foram revisados e ajustados conforme previsto no referido Plano.

b) Rateio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora indireta Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas, essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (b) acima.

9. FINANCIAMENTOS

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	11.942	11.929
Não Circulante	41.749	53.677
Total	<u>53.691</u>	<u>65.606</u>

A Companhia, com interveniência da controladora Enerbras, obteve financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”) em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096. O financiamento possui taxa de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026.

Nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpriu adequadamente todas as cláusulas e/ou condições dos referidos contratos. O contrato não exige índices financeiros para vencimento antecipado da dívida.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata, no valor de R\$134.855, o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Companhia, no valor de R\$444.707 (que representa os recebíveis calculados até o final do contrato) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva no valor de R\$12.322, em 31 de dezembro de 2021 (nota explicativa 5).

Em 28 de abril de 2020, a Companhia repactuou o contrato de financiamento com o BNB, segundo Resolução 4.798, de 6 de abril de 2020, do Conselho Monetário do Brasil, suspendendo as parcelas com vencimento de abril a dezembro de 2020 e redistribuindo-as entre as demais parcelas de principal, mantendo-se o prazo final do contrato original. Durante esse período, os encargos serão capitalizados, voltando a ser exigidos juntamente com as novas parcelas de principal.

9.1 Movimentação:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo Inicial	65.606	63.157
Encargos financeiros provisionados	4.600	5.617
Encargos financeiros pagos	(5.388)	(1.223)
Amortização de financiamento	(11.127)	(1.945)
Saldo final	<u>53.691</u>	<u>65.606</u>

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Valor</u>
2023	11.928
2024	11.928
2025	11.928
2026	5.965
Total	<u>41.749</u>

10. CONTAS A PAGAR ELETROBRAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Eletrobras		
Circulante	12.890	3.640
Não Circulante	13.776	12.432
Total	<u>26.666</u>	<u>16.072</u>

O contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a Companhia e Eletrobras, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da Eletrobras. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o Governo sancionou a Lei 13.203/2015 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do Mecanismo de Relocação de Energia ("MRE"), com efeito iniciando em 2015.

A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico em 15 de janeiro de 2016, para as PCHs Colino I, Cachoeira da Lixa e em 20 de dezembro de 2017 para a PCH Colino II, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 13,01 R\$/MWh para Colino I e Cachoeira da Lixa e de 15,35 R\$/MWh para Colino II (data-base de janeiro de 2021 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da autorização, dos dois o menor.

O montante da exposição ao contrato repactuado referente ao risco hidrológico de 2015 das PCHs Colino I e Cachoeira da Lixa foi reconhecido como despesa paga antecipadamente e foi apropriado ao resultado na rubrica "Repactuação do risco hidrológico" até junho de 2020. Em julho de 2020, a Eletrobrás informou à Companhia que o prêmio seria efetivado mediante desconto no primeiro pagamento do faturamento mensal das usinas da Controlada, no próprio mês de sua realização.

No exercício de 2021, foi reconhecido no resultado o montante de R\$2.232 (R\$2.141 em 2020), referente ao prêmio do risco hidrológico repactuado contabilizado como custo de operação (Nota 15).

10.1 Movimentação

	<u>31/12/2019</u>	<u>Provisão</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Provisão</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2021</u>
ELETROBRAS	22.777	2.433	(9.138)	16.072	17.903	(7.309)	26.666

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante	311	300
Não circulante	466	751
Total	<u>777</u>	<u>1.051</u>

Em junho de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a Companhia, tendo como objeto contratos firmados para a prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação do serviço, havendo assim a necessidade de recolhimento de imposto de renda retido na fonte, com valor corrigido e acrescido de multa e juros estimado em aproximadamente R\$1.418. A Companhia decidiu pelo pagamento mediante o parcelamento dos valores autuados junto à Receita Federal para mitigar os riscos tributários decorrentes do citado Auto de Infração.

Ainda, em 10 de dezembro de 2019, a Companhia assinou com a Renova Energia instrumento particular de assunção de dívida assumindo integral e incondicionalmente a obrigação de pagamento da dívida da acionista com terceiro, no montante de R\$1.253, em seis parcelas iguais e sucessivas, sendo a primeira paga em dezembro de 2019. Essa dívida foi quitada em maio de 2020.

11.1 Movimentação:

Saldo em			Saldo em			Saldo em
<u>31/12/2019</u>	<u>Atualização</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Atualização</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2021</u>
2.361	18	(1.328)	1.051	10	(284)	777

12. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS

A Companhia mantém registrado em suas demonstrações financeiras provisão para compensação ambiental baseado na norma vigente e em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com essa exigência perante os órgãos reguladores.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é de R\$87.720 e está representado por 87.810.191, sendo 85.171.811 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 2.638.380 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, detidas integralmente pela Enerbras Centrais Elétricas S.A. que por sua vez é uma controlada integral da Renova Energia S.A. – em recuperação judicial.

Ações dadas em garantia

Em 03 de maio de 2019, a controladora indireta Renova Energia renegociou dívida com o Banco BTG Pactual S.A., e apresentou como garantia penhor em 2º grau da totalidade das ações de emissão da Companhia, penhor em 2º grau dos direitos emergentes das PCHs do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata e hipoteca em 2º grau dos imóveis do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata.

Até a presente data, a Administração da Companhia não foi comunicada sobre qualquer alteração na posse e/ou propriedade das ações representativas do seu capital social, não tendo alterado o tratamento dado até então a essas garantias.

13.2 Destinação do lucro

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o resultado do exercício será destinado da seguinte forma:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e
- b) O restante será destinado ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas conforme abaixo especificado.

Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 100% (cem por cento) do lucro líquido do exercício diminuído dos valores destinados à constituição da Reserva Legal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração está propondo *ad referendum* a Assembleia Geral de Acionistas dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$14.060, conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>Dividendos Propostos</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Dividendos Pagos</u>	<u>Dividendos Propostos</u>	<u>31/12/2021</u>
Dividendos a pagar	43.146	20.164	63.310	(40.802)	14.060	36.568

14. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2021		31/12/2020	
	MWh*	Valor	MWh*	Valor
Geração				
Suprimento de energia elétrica	88.490	45.321	150.229	48.549
(-) Impostos sobre receita (PIS/COFINS)		(1.508)		(1.421)
Total		<u>43.813</u>		<u>47.128</u>

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

15. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS)

	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo dos serviços	Despesas	Total	Custo dos serviços	Despesas	Total
Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição	(676)	-	(676)	(761)	-	(761)
Taxa de fiscalização	(137)	-	(137)	(128)	-	(128)
	<u>(813)</u>	<u>-</u>	<u>(813)</u>	<u>(889)</u>	<u>-</u>	<u>(889)</u>
Serviços de terceiros	(4.629)	(1.429)	(6.058)	(3.610)	(300)	(3.910)
Depreciação e amortização (nota 7)	(6.349)	-	(6.349)	(6.150)	-	(6.150)
Repactuação do risco hidrológico (nota 1.1)	(2.232)	-	(2.232)	(2.141)	-	(2.141)
Material de uso e consumo	(893)	(44)	(937)	(354)	(27)	(381)
Seguros	(220)	-	(220)	(205)	-	(205)
Pessoal e administradores	-	(5.266)	(5.266)	-	(2.733)	(2.733)
Telefonia e TI	-	(608)	(608)	-	(471)	(471)
Viagens	-	(56)	(56)	-	(33)	(33)
Impostos e taxas	-	(54)	(54)	-	(217)	(217)
Outras	-	(4)	(4)	-	(5)	(5)
	<u>(14.323)</u>	<u>(7.461)</u>	<u>(21.784)</u>	<u>(12.460)</u>	<u>(3.786)</u>	<u>(16.246)</u>
Total	<u>(15.136)</u>	<u>(7.461)</u>	<u>(22.597)</u>	<u>(13.349)</u>	<u>(3.786)</u>	<u>(17.135)</u>

16. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.613	425
Juros - mútuo (nota 8)	32	(1.003)
Outras receitas financeiras	1	3
Total das receitas financeiras	<u>1.646</u>	<u>(575)</u>
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (nota 9)	(4.600)	(5.617)
IOF	-	(2)
Juros sobre obrigação de arrendamento	(1.451)	(1.205)
Outras	(203)	(44)
Total das despesas financeiras	<u>(6.254)</u>	<u>(6.868)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(4.608)</u>	<u>(7.443)</u>

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>Imposto de renda</u>		<u>Contribuição social</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita Bruta	45.321	48.549	45.321	48.549
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
Base de cálculo presumido	3.626	3.884	5.439	5.826
Outras receitas	1.646	442	1.646	442
Base de cálculo	5.272	4.326	7.085	6.268
Alíquota efetiva	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(1.318)	(1.081)	(638)	(564)
Desconto excedente a R\$ 240 ano	24	24	-	-
Ajuste IRPJ e CSLL diferidos	80	192	44	104
IRPJ e CSLL no resultado	<u>(1.214)</u>	<u>(865)</u>	<u>(594)</u>	<u>(460)</u>

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5.432	5.371	5.432	5.371
Aplicações financeiras	33.379	17.231	33.379	17.231
Contas a receber de clientes	6.591	4.395	6.591	4.395
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	12.322	11.813	12.322	11.813
Partes relacionadas	37.908	78.636	37.908	78.636
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.078	332	1.078	332
Financiamentos	11.942	11.929	11.942	11.929
Não circulante				
Financiamentos	41.749	53.677	41.749	53.677

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5.432	-	5.371	-
Aplicações financeiras	33.379	-	17.231	-
Contas a receber de clientes	-	6.591	-	4.395
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	-	12.322	-	11.813
Partes relacionadas	-	37.908	-	78.636
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	1.078	-	332
Financiamentos	-	11.942	-	11.929
Não circulante				
Financiamentos	-	41.749	-	53.677

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

O financiamento captado pela Espra possui como contraparte o BNB. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía risco de mercado, uma vez que a taxa do financiamento captado é pré-fixada.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

O fluxo de realização das obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo:

<u>Instrumentos a taxa de juros pré-fixada</u>	<u>De 1 mês a 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 ano a 5 anos</u>	<u>Total</u>
Financiamentos	2.982	8.960	41.749	53.691

e) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - ELETROBRAS via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 4.

f) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

g) Gestão de capital

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Dívida de financiamentos	53.691	65.606
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(51.133)	(34.415)
Dívida líquida	2.558	31.191
Patrimônio líquido	109.766	109.026
Índice de alavancagem financeira - %	2%	29%

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

h) Risco da escassez hidrológica

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Companhia, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Conforme mencionado na nota 1 as três PCHs da Companhia optaram pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio, mitigando assim suas eventuais exposições contratuais.

19. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Direito de uso - Arrendamento	7	2.359	702
Compensação das partes relacionadas com dividendos	8	(40.753)	-
Dividendos propostos	13	14.060	20.164

20. COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco de operação com coberturas de seguros contratados pela Companhia.

<u>Objeto de garantia</u>	Importância <u>segurada</u>	<u>Vigência</u>		<u>Segurado</u>
		<u>Início</u>	<u>Fim</u>	
Riscos operacionais	R\$ 74.116	25/10/2016	25/10/2022	ESPRA
Responsabilidade civil	R\$ 30.000	25/10/2016	25/10/2022	ESPRA

* * *

Marcelo José Milliet
Diretor

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA